
PREFÁCIO

Produtos, Viagens e Consumos Artísticos compõe o essencial do que foi apresentado e discutido durante o V Colóquio das Velas, que decorreu nas Velas, ilha de São Jorge, de 2 a 4 de Julho de 2015. Centrado nos domínios disciplinares da história da arte, história da arquitetura e do urbanismo, o programa desenvolveu os temas da produção, circulação e consumos artísticos realizados no espaço ultramarino português, ao longo de um arco temporal globalmente situado na Idade Moderna. Visando abordagens que procurassem realçar as noções de fronteiras móveis e reequacionar os moldes em que se processaram as relações entre espaços imbuídos de centralidade orgânica e as suas margens e periferias, o tema do colóquio procurou aprofundar linhas de investigação conectadas com o plano estratégico do CHAM, em torno dos conceitos de “mobilidade” e de “fronteira”.

Com esse enquadramento, importou conhecer tanto os protagonistas da encomenda e as suas motivações, como os veículos de actualização dos núcleos técnicos e iconográficos dos objectos artísticos circulados e, bem assim, a transmutação de significados operados com a sua circulação e recontextualização. Até que ponto terão os objetos importados adquirido significados políticos e culturais que imediatamente os distinguiam dos demais, catapultando-os para outra esfera cultural? Como foram incorporadas e transformadas as imagens em função dos contextos sociais, religiosos e comerciais diversos, na linha do que Baxandall chamou o *period eye*? E de que modo se opera a hibridização de linguagens artísticas e a miscigenação da arte produzida por pintores, escultores, imaginários, ilustradores, arquitetos e mestres-de-obras em digressão no interior deste sistema mundial que atravessa o extremo oriente e chega aos confins do Brasil, passando pelas ilhas atlânticas?

Construída sobre a ambiguidade da distância e da conexão, a cultura visual moderna, no seio do espaço ultramarino português, reconfigura-se constantemente em face do confronto com o “outro”, do contacto com



obras e artistas de diversas proveniências, opções de temário e soluções técnicas variadas onde por vezes cabe bem a noção de mestiçagem (*mestizaje*) proposta por Kubler. George Kubler viu na arte sul-americana a mistura de influências nativas com a dos colonizadores ibéricos, abordando pela primeira vez questões da relação centro/periferia, mestiçagem e hibridismo. Em 1959, publica na prestigiada Pelican History of Art *Baroque Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions. 1500-1800*, manifestação seminal do seu interesse pela arte portuguesa e importante contributo para que esta deixasse de ser vista, na cena internacional, como uma produção de segunda linha porque distante dos grandes centros europeus. Como sublinha José Eduardo Horta Correia no prefácio à primeira edição portuguesa da mais conhecida obra de George Kubler, *Arquitetura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes: 1521-1706* (1988): «libertando-se o tempo e o lugar da tirania do estilo e da necessidade da influência, as realidades tidas por marginais ou periféricas poderão serenamente ser estudadas sem preconceitos».

Não é o único a afirmá-lo. Na esteira de Kubler muitos outros historiadores de arte portugueses e internacionais lançaram-se com entusiasmo no estudo de temas, lugares e tempos até então ignorados ou considerados menores. Mais recentemente, outro historiador de arte norte americano, Thomas Dacosta Kaufmann, centra-se nas trocas e transferências artísticas à escala global, relações culturais e sentido de lugar no âmbito de uma Geografia da Arte (*Toward a Geography of Art*, Chicago and London: the University of Chicago Press, 2004 é a sua obra mais conhecida) que tem suscitado reacções em cadeia por todo o lado, motivando uma atenção inusitada sobre territórios e contextos artísticos praticamente desconhecidos.

Vem a propósito mencionar o recente impacto produzido pelo recrudescimento de estudos em torno da «arte portuguesa e a expansão» (em alternativa a arte colonial, de conotação algo pejorativa), multiplicando-se as exposições, conferências, debates e publicações em torno deste tópico. Refiram-se a título de exemplo a exposição internacional «Encompassing the Globe. Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII», promovida pela Smithsonian Institution e tendo merecido a publicação do catálogo da

edição portuguesa, editada pelo Ministério da Cultura-IPM, 2009; a conferência apresentada por Paulo Varela Gomes ao *EAHN First International Meeting*, em Guimarães, a 17 de Junho de 2010 intitulada «Buildings Without Context: ‘Primitive’ and Non-Western in Western Architectural Historiography»; a publicação do catálogo *raisonné* do vasto *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Architectura e Urbanismo*, dirigido por José Mattoso, com a chancela da Fundação Calouste Gulbenkian (2010), 3 vols; ou o magnífico album *The Global City. On the Streets of Renaissance Lisbon*, da autoria de Anne Marie Jordan Gschwend e K.J.P. Lowe (2015), e que motivou uma muito recente exposição no Museu de Arte Antiga «A Cidade Global: Lisboa no Renascimento/The Global City: Lisbon in the Renaissance» (24 de Fevereiro a 9 de Abril 2017) onde duas pinturas — uma *vista da rua Nova dos Mercadores* e o *Chafariz del Rei*, ambas produzidas no século XVI — suscitaram o móbil para a discussão em torno das transformações operadas na capital portuguesa pelo influxo de novas gentes, curiosidades, produtos de luxo e exóticos animais. Estas apenas algumas entre outras iniciativas e publicações demonstrativas da vitalidade da produção da novel historiografia da arte.

Os sete estudos aqui reunidos, elaborados por especialistas no âmbito da história da arte e da expansão portuguesa, constituem prova disso, revelando-se importantes contributos para o esclarecimento de algumas das questões enunciadas. As linhas de pesquisa e os resultados apresentados conformam-se, não tanto como interpretações gerais sobre o assunto e sim, muito mais, como aportes rigorosos e informados acerca de temas e casos de estudo perfeitamente delimitados — via certamente mais profícua para chegar à compreensão de uma realidade complexa, que se torna impossível abarcar de forma global e sistemática, dada a sua natureza fragmentaria e plural e a impossibilidade de tratar de forma equivalente situações para as quais não existe suficiente documentação ou estão muito escassamente estudadas.

A partir do uso de um objecto exótico — o leque — num retrato de corte da infanta D. Maria de Portugal (1521-1557) executado pelo célebre pintor Tomás Moro, em 1552 (hoje pertencente ao Mosteiro das Descalças Reais de Madrid), Carla Alferes Pinto desenvolve uma reflexão acerca da

re-apresentação de objectos asiáticos — neste caso o leque que terá tido nesta pintura a sua primeira aparição na arte ocidental — ou de lugares, como acontece com as tapeçarias de D. João de Castro narrando a conquista de Diu, cuja encomenda pode também ser atribuída à Infanta D. Maria. A leitura sugerida pela autora para a escolha dessas representações, ligadas ao espaço asiático, apontam no sentido da afirmação de um discurso político destinado a confirmar a dimensão imperial da corte portuguesa e, por consequência, da pessoa da Infanta. Configuram assim uma apropriação instrumental desses objectos e lugares mais do que uma verdadeira atenção prestada à diferença cultural.

Também relacionado com o imaginário oriental no seio das estruturas do poder na metrópole, Maria João Ferreira aborda o tema dos chamados “panos da Índia” e a sua receção em Portugal, cuja aceitação diocesana está estritamente dependente das Constituições Sinodais refletindo as directrizes dimanadas de Trento. Entre o fascínio pelo exotismo dos motivos e refinamento dos panos da Índia, os receios de uma igreja empenhada em mostrar um zeloso cumprimento da ortodoxia católica e a afirmação do ecumenismo triunfante da Igreja de Roma, integrando na sua síntese barroca produções oriundas não apenas da Índia, como também da China e Japão, a história do consumo dos têxteis orientais no contexto religioso português, ao longo dos séculos XVI e XVII, passa por variações sensíveis que a autora documenta e analisa.

Ainda no espaço asiático mas desta vez olhando mais para uma produção local, marcada pelo sincretismo técnico e iconográfico, que teve o seu foco no ensino ministrado no *Seminário de Pintura*, dirigido pelo pintor italiano Giovanni Niccolò (c.1558-1626) no quadro da missão jesuíta no Japão, em funcionamento entre c. de 1590 e 1614, Alexandra Curvelo apresenta o resultado de uma investigação já longa, que a levou aos arquivos da Companhia de Jesus em Lisboa e em Roma (manuscritos existentes na Biblioteca da Ajuda e no Archivum Romanum Societatis Iesu) e de onde extraiu um conjunto precioso de cartas, relatórios e registos administrativos, reveladores de tensões na relação entre as pessoas e adaptação a diferentes sensibilidades, com evidentes ecos na obra pictórica produzida.

De outro campo disciplinar e centrado em territórios mais ocidentais, Antonieta Reis Leite desenvolve o estudo comparativo entre os sistemas de gestão do território e modelos urbanísticos aplicados na cidade de Ponta Delgada, nos Açores, transpostos e adaptados de modelos continentais tardo-medievais, e a cidade do Rio de Janeiro. Interessou-lhe particularmente analisar em termos comparativos os processos de demarcação e definição de limites do espaço urbano/rural, bem como as fórmulas e formas usadas para a distribuição de terra entre os colonos e o papel das autoridades administrativas.

O tema da viagem protagonizada pelos agentes da administração portuguesa — do corpo do exército, do eclesiástico e do funcionalismo régio — pelo interior da Amazónia em finais do século XVIII, constituiu a escolha de Renata Malcher de Araújo para abordar a ambiguidade dos olhares projectados sobre esse território ignoto, que se queria parte integrante do reino mas que dele era indubitavelmente diferente. A concentração sobre as novíssimas vilas elevadas a essa condição a partir dos aldeamentos missionários, cuja condição de fronteira do mundo civilizado é enfatizada pela coexistência de populações nativas e agentes da colonização, permite questionar a relação entre identidade e alteridade, através do reconhecimento estético dessa paisagem ou dos objectos culturais produzidos e consumidos e, por outro lado, dos efeitos que tais visões produziam sobre quem nelas viajava e nelas residia.

Sobre a escultura devocional insular importada, produzida e consumida durante a Idade Moderna nos Açores, Duarte Nuno Chaves traça o estado da arte dos estudos dedicados a essa temática tão esquecida e tão pouco reconhecida. O autor passa em revista o trabalho de pesquisa realizado por anteriores e atuais gerações de investigadores e historiadores da arte, apresentando o essencial sobre as visões produzidas e abordando criticamente os aportes avançados por cada um deles, no sentido de detetar linhas de continuidade e de fratura no figurino apresentado pela produção e consumo de imaginária no contexto insular.

A cultura material situada numa cronologia muito mais recente (década de 1860) e tendo por palco a cidade de Ponta Delgada, foi o foco da

pesquisa desenvolvida por Ana Cristina Moscatel e José Francisco Queiroz. Penetrando no âmbito das “artes industriais” da segunda metade de Oitocentos, os autores foram ao encontro da presença de artistas e casas comerciais de proveniência continental no espaço insular, votados à cerâmica decorativa e modelação de estuques, de modo a testar a abertura às novidades e a ânsia consumista da emergente burguesia insular acompanhando os circuitos inter-regionais da encomenda e a circulação dos artistas.

Passados em revista os tópicos das várias temáticas reunidas nesta publicação que se apresenta sob a chancela do CHAM, integrada na coleção de eBooks, esperamos ter aliciado o leitor para a sua leitura atenta, fazendo votos para que dela extraia tanto prazer quanto esclarecimento. ■

Ponta Delgada, Abril de 2017

ISABEL SOARES DE ALBERGARIA

CHAM, Universidade dos Açores

E-mail: maria.iw.albergaria@uac.pt